



**MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**  
**DE SANTA COMBA DÃO, REALIZADA NO DIA DEZASSEIS DE**  
**SETEMBRO DE 2011:-----**

Aos dezasseis dias do mês de setembro do ano de dois mil e onze, no Auditório Municipal de Santa Comba Dão pelas quinze horas e cinco minutos, teve lugar a quarta sessão ordinária do corrente ano da Assembleia Municipal de Santa Comba Dão, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

**I PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

- 1.1- RENUNCIA AO MANDATO- ESMERALDO FERREIRA GOMES= PREENCHIMENTO DE VAGA
- 1.2- APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO DE 17 DE JUNHO DE 2011

**II-PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

- 2.1- INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO;
- 2.2- AUDITORIA EXTERNA DAS CONTAS DO MUNICIPIO= NOMEAÇÃO DE AUDITOR EXTERNO;
- 2.3 -PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO REFORMULADO- 3º RELATÓRIO DE EXECUÇÃO- 31 DE AGOSTO DE 2011= APRECIÇÃO;
- 2.4- MODIFICAÇÃO AO ORÇAMENTO 2011-2ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GOP'S"
- 2.5-REFUNCIONALIZAÇÃO PARCIAL DA " CASA DOS ARCOS"- DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO
- 2.6- RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO SOBRE A INFORMAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO MUNICIPIO DE SANTA COMBA DÃO- 1º SEMESTRE DE 2011= CONHECIMENTO;
- 2.7- LEI Nº 5/2004, DE 10 DE FEVEREIRO – LEI DAS COMUNICAÇÕES ELETRÓNICAS = FIXAÇÃO DO PERCENTUAL DA TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM (TMDP), EM 2011, A APLICAR NO ANO DE 2012;
- 2.8- IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) = FIXAÇÃO DE TAXAS - ANO 2011, PARA VIGORAREM EM 2012;
- 2.9- LANÇAMENTO DE DERRAMA, AO ABRIGO DO ARTIGO 14º DA LEI Nº 2/2007, DE 15 DE JANEIRO
- 2.10-LOTEAMENTO DO CASAL– PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA VENDA DE DOIS LOTES – REGULAMENTO DA HASTA PÚBLICA= APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;
- 2. 11- LOTEAMENTO DAS PEDRAS NEGRAS- PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA VENDA DE 14 LOTES= REGULAMENTO DA HASTA PÚBLICA= APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;
- 2.12-REGULAMENTO DE TRÂNSITO-ADITAMENTO AO APÊNDICE = APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;



## MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

### 2.13-PACTO DE AUTARCAS – COMPROMISSO PARA AS ENERGIAS SUSTENTÁVEIS LOCAIS= ADESÃO

#### III - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Presidiu aos trabalhos o Sr. Prof. Salvador Manuel Correia Massano Cardoso, secretariado por Fernando Marques Soares Veloso e Carla Maria Pereira de Sousa. Participaram também na sessão, tomando assento nas bancadas que lhes estavam destinados os Srs. Deputados João Duarte Boto Martins, César Fernando Lima Branquinho, Paula Francisca Rodrigues Gomes, Edite da Conceição Alves da Cruz, José Augusto Morais de Sousa, Inês Maria Varela Matos, Joaquim Pereira Rodrigues, Pedro Miguel Soares Veloso, Luís Artur Loureiro Pereira, Leandra Margarida Prata Cordeiro, Fernando Abel Simões, João Pedro Antunes de Almeida Costa, Márcia Sofia Gonçalves Marques, Ana Paula Silva Figueiral Ferreira, Vital Esteves Lopes, Manuel Luís Leitão Morais, Hélder Morais dos Santos Dias, José Jorge, José Rui Batista Alves Ferreira, Fernando Manuel Dias Almeida e Costa, Rui José de Sousa Branquinho Ramos, José Marques Duarte da Cruz, António Augusto Lourenço Antunes, José Machado Neves dos Santos e Paula Cristina Massano Nunes Correia.

Verificou-se a ausência da Sra. Deputada Isabel Maria dos Santos Ferreira Cruz que justificou a falta.

Devido a impossibilidade o Sr. Presidente da Câmara Municipal não esteve presente sendo a Câmara representada pelo Sr. Vice-Presidente.

A sessão começou com o ponto um da Ordem de Trabalhos: PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.

Ponto um ponto um: RENUNCIA AO MANDATO- ESMERALDO FERREIRA GOMES= PREENCHIMENTO DE VAGA. Feita a chamada da cidadã Ana Cândida Branquinho Correia Relvas, convocada nos termos do Regimento, verificou-se que não estava presente pelo que não tomou posse. Proceder-se-á na próxima sessão de acordo com o estabelecido no regimento.

Seguiu-se para o ponto um ponto dois: APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO DE 17 DE JUNHO DE 2011. Não havendo pedidos de intervenção passou-se para a votação sendo a ata aprovada por unanimidade.

O Sr. Presidente da Assembleia abriu de seguida as inscrições para intervenções dos Srs. Deputados neste período. Inscreveram-se os Srs. Deputados Fernando Abel, Leandra Cordeiro, João Boto Martins e José Augusto Sousa.

Dada a palavra ao Sr. Deputado Fernando Abel este referiu a intervenção feita na sessão anterior pela Sra. Deputada Inês Matos onde focou as diversas obras e estruturas feitas pelo Executivo do Dr. Orlando Mendes mas que foram feitas em terrenos que não eram da Câmara. Queria agora deixar bem vincado que tudo isto era pertença da Câmara e uma mais-valia para o Concelho. Ficou satisfeito com o apoio e focou a frase do antigo Deputado Sr. Pires que na sua intervenção feita no Período do Público disse “a eficácia foi posta sobre a legalidade”.

A Sra. Deputada Inês Matos pediu a palavra para responder uma vez que foi mencionada na intervenção anterior. Começou por referir que tinha feito aquela intervenção num determinado contexto e que o público presente da altura a teria percebido. Não entendia o propósito da intervenção, esclarecendo que nunca esteve em causa a eficácia sobrepor-se à legalidade.

Seguiu-se a intervenção da Sra. Deputada Leandra Cordeiro que constitui o anexo nº1 desta Ata e que faz parte integrante da mesma.

Foi de seguida dada a palavra ao Sr. Deputado Boto Martins que começou por se referir à iniciativa que esteve presente nas Festas da Cidade relativa ao apoio dado pela Câmara Municipal à Associação Cantinho dos Animais. Não tinha visitado o espaço e também não se tinha apercebido da divulgação da iniciativa, pediu esclarecimentos e informações sobre o apoio dado por esta Associação aos interessados e sobre os resultados obtidos. Referiu também um artigo assinado pelo Sr. Presidente da Câmara num jornal, onde focava que fatores externos estavam a influenciar a sua gestão. Lamentou o enquadramento dado pela fotografia que não se



## MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

enquadrava com o espírito do texto, pensando que seria da responsabilidade do jornal, mas que esse aspeto deveria ter sido acautelado.

Dada a palavra ao Sr. Vice-presidente este referiu que a Associação dava apoio a todos quantos dela necessitassem. As ajudas que se tinham conseguido foram muito positivas. A Associação está disposta a dar apoio a quem o peça na justa medida das suas possibilidades e do espaço disponível. Acrescentou que ficou surpreendido por o Sr. Deputado não ter visitado o espaço em questão. Esta colaboração tinha como objetivos, a sensibilização para esta situação, a angariação de fundos para a Associação e a criação de uma relação mais estreita para ajudar a resolver os problemas criados com os animais abandonados. Em relação ao artigo do Sr. Presidente da Câmara disse tratar-se de um artigo de carácter pessoal mas que de facto o que queria transmitir era que o tempo da ilusão tinha acabado e que haverá decisões que causarão dor nos Santacombadenses, exemplificando com possíveis casos de não renovação de contratos.

Seguiu-se a intervenção do Sr. Deputado José Augusto Sousa que se referiu à falta de sinalização que se verifica no Largo do Balcão, ela existia antes da sua remodelação e agora não voltou a ser colocada. Esta situação causa transtorno a quem por lá passa e não tem qualquer informação sobre a direção do destino pretendido.

Nota: Esta parte da Ata foi efetuada sem apoio de gravação, uma vez que por deficiências técnicas o Período de Antes da Ordem do Dia não foi gravado.

Seguiu-se para o ponto dois da Ordem de Trabalhos: PERÍODO DA ORDEM DO DIA.

Depois de se ter dado cumprimento ao determinado pelo ponto dois do Art.º19º do Regimento, passou-se para o ponto dois ponto um: INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO.

O Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. Vice-Presidente que em relação à informação já fornecida aos Srs. Deputados focou em pormenor a parte da Educação uma vez que se tinha iniciado o novo ano letivo, número de alunos, número de turmas, etc. Nos três Centros Educativos há 39 Auxiliares de Ação Educativa, entre estes há dez POCS. Comparativamente a 31 de dezembro de 2006 haverá mais auxiliares em resultado das AECS e do cumprimento da legislação, resultando daí um encargo maior em termos de custos. Possivelmente está a atingir-se o momento em que as Câmaras terão que dizer basta a esta situação, não há capacidade para suportar competências que são do Ministério da Educação sem qualquer retorno. Há também a situação de transporte de quatro crianças deficientes profundas e cujo custo de transporte não é participado. A educação é um investimento, mas também só se pode investir até onde se pode. Referiu o apoio em termos de Ação Social Escolar, onde a situação foi analisada para além da informação dada pela Segurança Social. Debruçou-se também sobre a Escola Profissional, onde com um novo Diretor Pedagógico se está a trabalhar para que a Escola tenha melhores dias há um problema que não se poderá ultrapassar que é o número de alunos e ainda a oferta do Ensino Público também na parte profissional. Apelou ao esforço de todos para um empenhamento na vida e na recuperação da Escola pois ela é um marco no Concelho. O objetivo é ter uma Escola aberta e virada para a comunidade. Está a pensar-se numa atividade da Escola com a Assembleia Municipal. Referiu também o grande espetáculo musical promovido pelo CMAD "História Completa do Mundo – abreviada". Em relação à informação financeira referiu os condicionamentos externos que influenciam a atividade, havendo uma situação a que o Executivo não fugia que era a das suas responsabilidades. A informação era clara em relação à contenção das despesas, pois em relação ao período homólogo de 2010 houve uma diminuição de 29%, já do lado da receita o resultado não era tão bom, isto devido, por um lado aos cortes nas transferências do Estado, à retenção devido à violação do limite de endividamento e à retenção unilateral feita pelo SNS e pela ADSE. Atendendo ao saldo existente a 31 de agosto e às projeções feitas, a situação até ao final do ano só poderá ser corrigida e conforme está previsto no PSFR com a venda de património apesar do enquadramento atual não ser o mais favorável. Mencionou em pormenor o comportamento da despesa e da receita da forma como está descrita na informação fornecida. A situação é difícil e deverá agravar-se pois para o próximo ano prevê-se no Plano da "Troika" mais um corte de verbas para os Municípios. A situação não está fácil mas terá que ser enfrentada.